



Prémios IRGA 2015

ENTREVISTA JOSÉ MIGUEL JÚDICE Advogado, sócio da PLMJ - Sociedade de Advogados e membro do júri dos IRGA

“É essencial ter melhor regulação”

Governance Resposta a casos BES ou PT “não deve ser mais regulação, mais custos de contexto, mais intervencionismo”.

Filipe S. Fernandes
deconomico@economico.pt

O advogado José Miguel Júdice, 65 anos, é um dos sócios da firma PLMJ-Sociedade de Advogados. Licenciou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho Superior da Magistratura entre 1997 e 2001 e foi bastonário da Ordem dos Advogados entre 2002 e 2004. É regente de um curso de Direito Empresarial no MBA da Nova/Católica por isso refere que o tem surpreendido que a “função jurídica nas empresas portuguesas seja tão pouco valorizada”. Tem também um site em que dá conta sua actividade independente como árbitro, que é o <http://www.josemigueljudice-arbitracao.com/pt/>. Como empresário está ligado ao negócio familiar na hotelaria centrado no grupo Quinta das Lágrimas. Foi militante do PSD, tendo-se desfilado em 2006. É membro do júri do Prémio IRGA.

Não há uma estratégia nacional para fazer do mercado de acções como um elemento chave do desenvolvimento sustentado da economia, diz-se. Será que não se faz porque não há condições políticas e sociais?

A pergunta contém em si mesma a resposta; e muito bem. É de tal maneira óbvia a inexistência da mencionada estratégia nacional que parece que não vale a pena perder tempo a responder a isso. Mas em minha opinião convém dizer algo mais. Era imperioso há muito tempo (e mais ainda agora) que houvesse tal estratégia. As entidades públicas deveriam estar activamente a trabalhar com essa intenção. A menos que se não queira assumir que o mercado de acções é uma componente essencial para o financiamento da economia e para o crescimento económico que todos parecem desejar. Em minha opinião até à crise económica de 2007/8 o crédito fácil e barato era um incentivo negativo que, junto com o in-

dividualismo e a cultura tendencialmente patrimonialista dos empresários portugueses, chegava para explicar a falta de energia nesse sentido. Nestes novos tempos a realidade deveria ser outra: as dificuldades de obter crédito em condições adequadas, a fragilidade das empresas (endividadas e a trabalhar com capitais próprios escassos) e as oportunidades de crescimento, deveriam conduzir a que se estivessem a preparar IPO, fusões e/ou aumentos de capital com entrada de investidores orientados para a Bolsa de Valores. Mas isso implica uma mudança cultural, um activismo público, uma utilização de mecanismos fiscais, financeiros e logísticos que estimulem os que querem mas não sabem, e os que não podem mas seriam capazes. E sobretudo que simplifiquem e reduzam os brutais custos de contexto para empresas que seriam de dimensão média a nível internacional ou mesmo em Portugal, nem que fosse através da implementação de um segundo mercado com regras muito menos exigentes e simplificadas. Em minha opinião essa deve ser a missão essencial do Banco de Fomento (que tarda muito a arrancar), o Estado deveria criar incentivos fiscais para a abertura de capital de empresas patrimonializadas desde que com reforço de capitais próprios (pois isso tem em regra o efeito de aumentar a transparência e a qualidade da informação contabilística) e incentivos financeiros (para ajudar a cobrir - qual indústria nascente - os elevados custos regulatórios e de informação que vêm com a entrada em bolsas de valores). A resposta pode ser agora à dada à pergunta: não vejo que não existam condições políticas e sociais. Vejo apenas inércia, rotina, desinteresse.

Quais os impactos da implosão do BES e das suas ondas de choque, nomeadamente na PT, no mercado de capitais, nas empresas, na economia, na regulação e na auditoria? Mais regulação?

José Miguel Júdice defende a diversidade e pratica-a. “Na equipa, que coordeno na minha sociedade de advogados, as mulheres são maioria e tenho colegas de cinco nacionalidades distintas”, afirma.



Paula Nunes

mais regulação, mais custos de contexto, mais intervencionismo. O que é essencial é ter melhor regulação. Tão simples como isso. Ou seja, como venho dizendo há décadas, qualquer País precisa de um Estado forte, que seja mais cabeça do que corpo, que não precisa de intervir muito para assegurar o respeito das regras. O seu oposto, o Estado fraco, é pletórico, adiposo, intervencionista, regulamentarístico, captado por interesses parcelares.

O que é que pensa da nova geração de gestores que está a liderar as principais empresas cotadas?

Penso que poderão ter mais sensibilidade à mudança da realidade envolvente e por isso poderão ser mais adequados. Continuo no entanto a pensar que o formato da sua formação tem em regra ‘corporate finance’ a mais e formação técnica e jurídica a menos. Há dez anos que asseguro a regência de um curso de Direito Empresarial no MBA da Nova/Católica e surpreende-me que a função jurídica nas empresas portuguesas esteja dez anos depois ainda tão pouco valorizada apesar das consequências nefastas que se sabem resultar dessa lacuna.

Considera que a gestão de empresas portuguesas necessita de mais diversidade (maior presença de mulheres e de estrangeiros, por exemplo)?

A diversidade foi sempre, na História Natural e na História dos Homens, uma condição do progresso e da própria evolução. Estou firmemente convencido disso. E pratico-o. Na equipa que coordeno na minha sociedade de advogados as mulheres são maioria e tenho colegas de cinco nacionalidades distintas. Mas não tenhamos ilusões: não será com regras administrativas, burocráticas e intervencionistas que se alcance esse desiderato. Em todo o caso se o Estado entende que a diversidade corresponde ao interesse público, crie incentivos nesse sentido para ajudar ao processo... ■

Júri

- Manuel Alves Monteiro (presidente)
- Alberto de Castro
- António Gomes Mota
- Esmeralda Dourado
- Francisco Murteira Nabo
- João Duque
- Jorge Coelho
- José Miguel Júdice
- Luís Amado
- Rui Rio
- Vítor Bento

Em minha opinião - admito que não consensual - as crises do ‘subprime’, financeira e das dívidas soberanas são exemplos clássicos (de escola) para demonstrar a má regulação, a falta de visão do interesse público, a falta de acção política ao nível dos Estados. Assim como defendo que a corrupção é um vício das entidades públicas que impõem uma espécie de imposto selvagem a entidades privadas (uma administração honesta não é corruptível), também considero que as mencionadas implosões e ondas de choque são o resultado (pelo menos quanto à dimensão, modo e momento) de uma fraca e inadequada função política e distraída e por vezes incompetente actividade reguladora. Por isso a resposta não deve ser